

Uma análise do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”

Nelson Cardoso Amaral

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás
Assessor do Reitor da UFG

O Grupo Banco Mundial divulgou em novembro de 2017 o texto “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” que, em um de seus capítulos trata da Educação Brasileira e, em especial sobre o seu financiamento. O título do capítulo é: “Gastar mais ou melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública”.

Um exame atento deste capítulo nos permite afirmar que há crassos erros conceituais, inferências sem comprovação e conclusões absurdas que beiram ou chegam à irresponsabilidade. As análises realizadas pelo Banco Mundial possuem cunho absolutamente economicistas e não consideram, em nenhum momento, a complexidade da sociedade brasileira que possui uma das maiores desigualdades do mundo (Ver: “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras” www.oxfam.org.br, publicado em 25/09/2017).

Vejamos:

- 1) (página 121) Na afirmação “A obrigatoriedade constitucional de se gastar 25 por cento das **receitas tributárias** em educação (...)” (grifos nossos) há um erro conceitual pois as receitas tributárias englobam os impostos, as taxas e as contribuições e a vinculação constitucional brasileira é somente sobre os impostos. O art. 212 da Constituição de 1988 afirma “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da **receita resultante de impostos**, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino” (grifos nossos).
- 2) (página 121) Na afirmação de que “Os gastos públicos com o ensino superior também são altamente ineficientes, e quase **50% dos recursos poderiam ser economizados**” (grifos nossos) há uma *inferência sem comprovação* – “os gastos públicos são altamente ineficientes” – e uma *conclusão absurda, que beira à*

irresponsabilidade – “50% dos recursos das universidades públicas poderiam ser economizados”.

Tomando-se as Universidades Federais como exemplo, não considerando as estaduais e municipais pois a afirmação também as abrange, propõe-se diminuir pela metade os salários dos professores, técnicos administrativos em educação, aposentados e pensionistas? Diminuir os recursos para outras despesas correntes e investimentos também pela metade?

O Grupo do Banco Mundial tem consciência que isto seria destruir o conjunto de 63 Universidades Federais em todo o território brasileiro, um Patrimônio do Povo Brasileiro? (Andifes, 2017, www.andifes.org.br).

- 3) (página 122) Na afirmação de que “Em 2014, após uma década de rápido crescimento, as despesas com educação chegaram a **6% do PIB**. Já em 2010, os **gastos com educação no Brasil eram superiores à média dos países da OCDE** (5,5%), do BRICS (5,1%) e da América Latina (4,6%)” (grifos nossos) há, primeiro um *erro conceitual* ao confundir um valor financeiro equivalente a um percentual do PIB do país com “os gastos com educação no Brasil”. Isto levou o documento a uma *inferência sem comprovação* e a uma *conclusão absurda e que beira à irresponsabilidade*, ou seja, a de que “os gastos com educação no Brasil eram superiores à média dos países da OCDE”.

A tabela que segue, construída com dados obtidos na Agência de Inteligência Americana (CIA) e do próprio Banco Mundial mostra os valores aplicados por estudante matriculado nos países membros da OCDE.

Tabela – Valor aplicado por estudante matriculado, valores em US\$/PPP
(Os valores US\$/PPP são aqueles valores em dólares que sofreram correções para obter a paridade do poder de compra – *Purchasing Power Parity – PPP*)

País	% PIB em educação	PIB/PPP (US\$ bi)	Valor aplicado em educação (US\$/PPP)	Número de matrículas em 2014 em educação	Valor aplicado por matrícula (US\$/PPP)
Brasil	6,0	3.081,0	184,9	53.746.345	3.439,49
Austrália	5,3	1.189,0	63,0	6.350.388	9.923,33
Áustria	5,6	416,6	23,3	1.685.764	13.839,18
Bélgica	6,4	508,6	32,6	2.942.421	11.062,46
Canadá	5,3	1.674,0	88,7	-	-
Chile	4,8	436,1	20,9	4.839.513	4.325,39
Rep. Tcheca	4,1	350,9	14,4	2.077.981	6.923,50
Dinamarca	8,6	264,8	22,8	1.513.888	15.042,59
Estônia	4,8	38,9	1,87	215.086	8.687,87
Finlândia	7,2	225,7	16,3	1.390.540	11.686,40
França	5,5	2.699,0	148,5	15.108.534	9.825,24
Alemanha	4,9	3.979,0	195,0	15.200.566	12.826,56
Grécia	4,1	290,5	11,9	2.135.361	5.577,75
Hungria	4,2	267,6	11,2	1.910.466	5.882,96
Islândia	7,8	16,2	1,26	-	-
Irlanda	5,3	322,0	17,1	1.166.555	14.629,40
Israel	5,9	297,0	17,5	2.508.786	6.984,65
Itália	4,2	2.221,0	93,3	10.977.905	8.497,25
Japão	3,8	4.932,0	187,4	20.685.190	9.060,40
Coréia do Sul	4,6	1.934,0	89,00	10.903.460	8.159,24
Luxemburgo	4,1	58,7	2,41	98.992	24.328,63
México	5,2	2.307,0	120,0	35.837.809	3.347,41
Holanda	5,6	870,8	49,0	3.308.654	14.738,56
Nova Zelândia	6,3	174,8	11,0	1.229.008	8.960,40
Noruega	7,4	364,7	27,0	1.315.956	20.508,13
Polônia	4,9	1.052,0	52,0	7.853.798	6.563,45
Portugal	5,3	297,1	15,8	2.070.283	7.605,87
Eslováquia	4,1	168,8	6,92	1.034.772	6.688,24
Eslovênia	5,5	68,4	3,76	407.182	9.232,36
Espanha	4,3	1.690,0	72,7	9.674.213	7.511,72
Suécia	7,7	498,1	38,4	2.454.386	15.626,60
Suíça	5,1	496,3	25,3	1.555.216	16.275,10
Turquia	4,8	1.698,0	82,0	23.005.509	3.542,80
Reino Unido	5,8	2.788,0	162,0	15.127.280	10.689,56
EUA	4,9	18.560,0	909,4	77.230.628	11.775,64

Fonte: % do PIB em educação e PIB: *The World Factbook* (www.cia.gov.br) e Número de matrículas: *The World BankData* (<https://data.worldbankdata.org>)

Nota-se que o Brasil e o México são os países que aplicam menores valores por matrícula em educação, US\$/PPP 3.439,49 e US\$/PPP 3.347,41, respectivamente. Portanto, como concluir que “os gastos com educação no Brasil eram superiores à média dos países da OCDE”?

- 4) (página 123) Na afirmação de que “Desde 2010, o orçamento federal alocado às universidades federais tem observado um crescimento anual médio de 12% em termos nominais, ou **7% em termos reais**. Considerando o crescimento anual de **2% nas matrículas**, isso representa um aumento real de 5% no gasto por aluno das universidades federais.” (grifos nossos) há inferências sem comprovação; a primeira é que foi de “7% em termos reais” em média o crescimento dos orçamentos das universidades federais, e a segunda é que foi de 2% o aumento anual de matrículas.

As tabelas que seguem mostram, primeiro, a execução orçamentária, recursos liquidados, das Universidades Federais, a preços de janeiro de 2017, corrigidos pelo IPCA e, segundo a evolução no quantitativo de matrículas.

Ano	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total	% de crescimento em relação ao ano anterior
2010	32.290	5.210	2.343	39.844	14,05
2011	33.562	5.769	3.340	42.671	7,09
2012	33.673	6.351	3.062	43.086	0,97
2013	36.158	7.452	2.913	46.523	7,98
2014	38.351	7.065	2.316	47.732	2,60
2015	38.699	6.273	663	45.634	(4,40)
2016	38.549	6.743	522	45.814	0,39
Média do Crescimento					4,12

Fonte: Execução Orçamentária da União (2010-2016); www.camara.gov.br

Ano	Matrículas na graduação	% de Crescimento em relação ao ano anterior
2010	849.679	9,6
2011	929.847	9,4
2012	974.227	4,8
2013	1.015.868	4,3
2014	1.046.467	3,0
2015	1.068.101	2,1
2016	1.083.050	1,4
Média do Crescimento		4,9

Fonte: Censo da Educação Superior (2010-2016); www.inep.gov.br

Nota-se, portanto, que o crescimento médio da execução orçamentária não foi de 7% e, sim, de 4,12% e o crescimento no número de matrículas foi de 4,9% e não 2%. Dessa forma, a *inferência* de que o gasto por aluno aumentou *não é verdadeira*.

Aqui cabe uma pergunta: apesar do título deste item 171 ser “As despesas com ensino superior aumentaram rapidamente **ao longo da última década**” (grifos nossos), por que motivo a análise foi realizada somente a partir de 2010 e não em uma década, ou seja, a partir de 2006? Se fosse esse o período de análise, a evolução dos orçamentos e das matrículas seriam outras e as análises, quais seriam?

- 5) (página 123) O documento apresenta o seguinte trecho: “em 2012, o **gasto por aluno** no ensino superior (...). O nível de **gasto por aluno** é comparável (...)” (grifos nosso). O documento está se referindo, portanto, em **gasto por aluno**. Entretanto, continuando o texto do parágrafo o documento afirma que “Além do mais, alunos das universidades públicas brasileiras em média **custam** de duas a três vezes mais do que alunos matriculados em universidades privadas” (grifos nossos). Nota-se aqui mais um *erro conceitual* grave, que é não fazer a distinção entre **gasto por aluno** e **custo do aluno**.

Quando o documento *Education at a Glance* da OCDE calcula o **gasto por aluno** ele o faz considerando todos os recursos financeiros aplicados na instituição e o divide pelo número de estudantes da instituição. Quando se fala em **custo do aluno** há que se elaborar uma metodologia que separe os custos com o ensino – que é o **custo do aluno** – do custo da pesquisa, do custo da extensão, do custo do hospital, do custo das atividades culturais etc. Dessa forma, este erro conceitual leva o documento a fazer *inferências equivocadas* de que os alunos das “universidades públicas brasileiras em média **custam** de duas a três vezes mais do que alunos matriculados em universidades privadas” (grifos nossos).

Sobre o Custo Médio com o Ensino, por Aluno, nas Universidades Federais: uma metodologia para o cálculo

Considerando o montante de recursos públicos alocados para o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Universidades Federais, qual seria o Custo Médio com o Ensino, por Aluno, das Universidades Federais? Para calcularmos o Custo

Médio com o Ensino, por Aluno, é preciso que retiremos dos recursos totais aplicados pelo tesouro, aqueles que se dirigem ao pagamento dos aposentados e pensionistas e os que financiam a pesquisa e a extensão. Para isto, é necessário que se estime o volume de recursos que se dirige para as atividades de pesquisa e extensão. Isto será feito utilizando-se uma metodologia adaptada de Amaral e Pinto (2010) que considera as seguintes premissas básicas para o cálculo do percentual de suas despesas que se dirigem às atividades de pesquisa e de extensão:

Existe uma relação direta entre as despesas com pesquisa ou extensão e a quantidade de professores que trabalham em tempo integral nas instituições.

A UF que tiver 100% de seus professores em tempo integral dedicará 5% de suas despesas para pesquisa ou extensão e aplicará 0% em pesquisa ou extensão se tiver nenhum de seus professores em tempo integral. Valores entre 0% e 100% de professores mestres ou doutores significarão, proporcionalmente, gastos com pesquisa ou extensão entre 0% e 5%.

Existe uma relação direta entre o percentual das despesas que se destinam à pesquisa ou à extensão e o número de mestres e doutores.

A UF que tiver 100% de seus professores com titulação de mestre ou doutor dedicará 30% de suas despesas para pesquisa ou extensão e aplicará 0% em pesquisa ou extensão se tiver nenhum de seus professores com essas titulações. Valores entre 0% e 100% de professores mestres ou doutores significarão, proporcionalmente, gastos com pesquisa ou extensão entre 0% e 30%.

Existe uma relação direta entre as despesas com pesquisa ou extensão e o percentual de alunos de pós-graduação *stricto-sensu* em relação ao total de alunos das instituições – graduação presencial adicionados aos de pós-graduação *stricto-sensu*.

A UF que tiver 100% de seus estudantes somente de pós-graduação *stricto sensu* (situação que não será alcançada por nenhuma UF) dedicará 10% de suas despesas para pesquisa ou extensão e aplicará 0% em pesquisa ou extensão se tiver nenhum estudante de mestrado ou doutorado (situação que também não será alcançada em nenhuma UF). Valores entre 0% e 100% de estudantes de mestrado ou doutorado no total de estudantes da UF significarão, proporcionalmente, gastos com pesquisa ou extensão entre 0% e 10%.

Existe uma relação direta entre as despesas com pesquisa ou extensão e a avaliação Capes de seus programas de pós-graduação *stricto-sensu*.

Esta modelagem considera que se a média do conceito Capes dos programas de pós-graduação for igual a 7 (sete), 15% dos recursos das instituições se dirigem à pesquisa ou à extensão; se a média for menor ou igual a 3 (três), 5% dos recursos se dirigem à pesquisa ou à extensão. Valores médios dos conceitos capes entre menor que 3 e 7 significarão, proporcionalmente, gastos com pesquisa ou extensão entre 5% e 15%.

Os percentuais apurados nesses quatro itens devem ser adicionados.

A tabela que segue mostra cada um desses componentes para cada uma das UFs.

Tabela – Componentes dos percentuais que se destina à pesquisa e à extensão nas UFs no ano de 2015					
Sigla	(PES + EXT) TI (%)	(PES + EXT) Prof. MS e DR (%)	(PES + EXT) Alunos MS e DR (%)	(PES + EXT) CAPES (%)	Total para PES + EXT (%)
UNIR	4,10	26,1	0,6	5,6	36,43
UFAC	3,71	22,4	0,4	5,0	31,52
UFAM	4,02	23,8	0,5	6,4	34,72
UFRR	4,64	24,6	0,4	5,8	35,49
UFRAM	4,59	29,0	0,4	6,2	40,24
UFOPA	4,14	29,0	0,4	5,0	38,54
UFPA	4,33	27,0	1,2	8,8	41,28
UNIFESSPA	4,53	27,2	0,2	5,0	36,96
UNIFAP	4,59	22,3	0,2	5,8	32,82
UFT	4,20	26,9	0,4	6,7	38,13
UFMA	4,28	26,2	0,3	7,1	37,97
UFPI	4,20	24,3	0,5	6,2	35,17
UFCA	3,46	24,4	0,3	5,0	33,11
UFCE	4,59	28,9	1,5	10,1	45,13
UNILAB	4,93	29,7	0,1	5,0	39,73
UFERSA	4,51	26,3	0,5	8,0	39,30
UFRN	3,93	25,6	1,3	9,1	39,89
UFPB	4,31	27,5	1,1	9,0	41,87
UFCG	4,30	24,8	1,0	9,0	39,09
UNIVASF	3,67	25,3	0,4	5,0	34,37
UFRPE	4,67	29,2	1,2	8,8	43,86
UFPE	4,27	27,6	1,6	10,4	43,91
UFAL	4,39	27,2	0,6	7,1	39,29
UFSE	4,20	26,7	0,7	7,0	38,53
UFBA	3,89	26,2	1,4	9,5	41,02
UFOB	4,60	29,1	0,2	5,0	38,94
UFRB	4,42	27,5	0,4	7,0	39,36
UFSBA	5,00	30,0	-	5,0	40,00
UNIFAL	4,25	26,9	0,6	6,4	38,07
UNIFEI	4,62	27,8	1,0	8,5	41,88
UFJF	4,36	27,3	1,0	8,7	41,31
UFLA	4,84	29,6	1,5	11,3	47,19
UFMG	4,47	28,8	1,9	14,0	49,18
UFOP	4,50	28,5	0,8	8,9	42,68
UFSJ	4,78	28,0	0,5	6,9	40,15
UFU	4,81	28,3	1,1	10,5	44,76
UFV	4,98	27,9	1,6	11,6	46,16

UFTM	4,33	28,4	0,7	8,8	42,16
UFVJM	4,67	29,0	0,7	6,4	40,78
UFES	4,36	27,8	1,1	8,0	41,27
UFF	4,26	28,2	1,0	9,5	42,90
UFRRJ	4,79	29,3	0,8	8,6	43,49
UNIRIO	4,53	27,8	0,9	7,9	41,10
UFRJ	4,66	28,9	2,1	13,3	48,91
UFABC	4,92	30,0	0,8	7,6	43,29
UFSCAR	4,63	29,8	2,0	10,5	46,97
UNIFESP	4,84	29,8	2,6	12,5	49,77
UNILA	4,93	29,4	0,3	5,0	39,57
UFPR	4,33	27,4	1,4	10,2	43,37
UTFPR	4,77	27,3	0,5	7,4	40,06
UFFS	4,47	28,3	0,3	5,0	38,06
UFSC	4,37	28,8	1,8	11,8	46,79
FUFCSA	4,40	28,9	1,7	7,1	42,08
UNIPAMPA	4,69	28,3	0,3	5,5	38,78
UFPEL	4,57	28,2	1,0	9,5	43,24
UFMS	4,53	27,6	1,4	9,9	43,37
FURG	4,56	27,2	1,1	9,4	42,17
UFRS	4,63	29,0	2,4	13,6	49,67
UFGD	4,49	27,3	0,9	7,9	40,49
UFMS	3,84	26,1	0,8	7,2	37,91
UFMT	4,86	25,8	0,7	7,4	38,78
UFG	3,58	25,5	1,4	8,6	39,13
UNB	4,41	29,4	1,5	10,2	45,49
				Média UFs	40,92

Fonte: Censo da Educação Superior 2015 e Geocapes 2015

Para a obtenção do Custo Médio com Ensino, por Aluno/Ano, nas Universidades Federais ainda deve-se subtrair dos recursos totais das UFs, todas as fontes, aqueles que se dirigem ao pagamento de aposentados e pensionistas. A tabela que segue apresenta o Custo por Universidade Federal após a aplicação desta metodologia.

Tabela – Custo Médio do Ensino, por Aluno/Ano, nas UFs	
Sigla	CUSTO DO ALUNO
UNIR	11.338,73
UFAC	14.624,25
UFAM	8.154,15
UFRR	14.117,61
UFRAM	14.359,31
UFOPA	13.998,49
UFPA	12.203,96
UNIFESSPA	14.839,63
UNIFAP	8.905,35
UFT	8.814,65
UFMA	8.573,44
UFPI	10.444,73
UFCA	17.053,84
UFCE	12.587,64
UNILAB	13.473,12
UFERSA	11.489,29
UFRN	15.835,31
UFPB	13.444,20
UFMG	14.916,43

UNIVASF	14.275,80
UFRPE	16.304,54
UFPE	12.948,20
UFAL	10.796,57
UFSE	8.785,26
UFBA	12.626,83
UFOB	15.291,58
UFRB	11.961,39
UFSBA	21.159,12
UNIFAL	13.026,72
UNIFEI	10.510,86
UFJF	15.640,77
UFLA	10.128,51
UFMG	14.374,39
UFOP	11.892,28
UFSJ	9.741,17
UFU	14.390,20
UFV	18.362,64
UFTM	18.742,41
UFVJM	11.945,15
UFES	13.309,91
UFF	10.948,82
UFRRJ	11.246,87
UNIRIO	10.976,52
UFRJ	18.598,89
UFABC	9.619,42
UFSCAR	13.268,42
UNIFESP	22.005,16
UNILA	29.895,14
UFPR	14.228,55
UTFPR	14.438,14
UFFS	15.279,17
UFSC	12.436,15
FUFCSA	19.625,62
UNIPAMPA	15.227,63
UFPEL	12.559,40
UFSM	15.405,92
FURG	15.650,11
UFRS	14.189,06
UFGD	11.051,66
UFMS	14.628,36
UFMT	15.980,53
UFG	16.386,99
UNB	15.125,87
Custo Médio das UFs	13.875,57
Fonte: Cálculos deste estudo	

O Custo Médio com o Ensino, por Aluno das Universidades Federais em 2015 foi, portanto, de R\$ 13.875,57, o que significa um valor médio mensal de R\$ 1.156,30, que é compatível com as mensalidades cobradas pelas IES privadas que, salvo exceções como as comunitárias, confessionais e poucas particulares, desenvolvem atividades quase que inteiramente dedicadas à graduação (Veja o item 17).

- 6) (página 124) Na afirmação de que “Os resultados de educação melhoram no Brasil, mas permanecem baixo ao se considerar o **drástico aumento dos gastos**” (grifos nossos) há que se perguntar o significado de “drástico aumento”. Primeiro, o Congresso Nacional aprovou o PNE (2014-2024) em que reconhece a necessidade de se elevar os recursos aplicados em educação no Brasil até atingir o equivalente a 10% do PIB e, segundo, a tabela que segue mostra os valores aplicados, por estudante no Brasil, e nos países da OCDE.

Tabela – Valores aplicados por estudante no Ensino Fundamental (anos iniciais) – Primary, no Ensino Fundamental (anos finais) – Lower Secondary e no Ensino Médio – Upper Secondary – 2013			
País	Primary (US\$/PPP)	Lower secondary (US\$/PPP)	Upper secondary (US\$/PPP)
Brazil	3.826	3.802	3.852
Australia	8.289	11.431	10.203
Austria	10.780	14.831	15.255
Belgium	9.957	12.267	13.020
Canada	9.130	-	12.086
Chile	4.021	4.099	4.141
Czech Republic	4.730	8.061	7.682
Denmark	11.355	11.906	10.165
Estonia	7.138	7.009	5.909
Finland	8.519	13.312	8.786
France	7.201	9.947	13.643
Germany	8.103	9.967	13.093
Greece	-	-	-
Hungary	5.435	3.994	4.439
Iceland	10.569	11.276	7.743
Ireland	8.002	10.773	10.840
Israel	6.941	-	5.831
Italy	8.392	8.797	9.174
Japan	8.748	10.084	10.459
Korea	7.957	7.324	9.801
Latvia	5.974	6.016	6.005
Luxembourg	17.959	20.076	19.473
Mexico	2.717	2.473	4.126
Netherlands	8.371	12.334	12.200
New Zealand	7.354	9.191	11.328
Norway	13.274	14.103	16.153
Poland	6.919	6.900	6.178
Portugal	7.258	9.667	10.503
Slovak Republic	5.942	5.755	5.839
Slovenia	9.121	10.085	7.872
Spain	6.956	8.303	8.729
Sweden	10.664	11.306	11.389
Switzerland	15.930	19.698	18.479
Turkey	2.894	3.337	3.914
United Kingdom	10.669	13.092	11.627
United States	10.959	11.947	13.587
Argentina	3.729	5.266	5.608
Colombia	2.074	2.728	3.117
Indonesia	1.184	918	1.070
Lithuania	5.079	4.596	5.345

Fonte: *Education at a Glance 2016*

Que drástico aumento foi esse que manteve os valores aplicados por estudante nos patamares da tabela anterior?

- 7) (página 124) O texto afirma que “A **ineficiência** do gasto em educação básica no **Brasil elevada** e vem aumentando.” (grifos nossos). Esta afirmação está suportada em uma análise que não considera nenhum outro componente da educação básica brasileira além do resultado do PISA e os recursos financeiros aplicados nesse nível educacional. Não há nenhuma consideração sobre a desigualdade brasileira, sobre a heterogeneidade cultural dos estudantes, sobre a formação educacional dos pais dos estudantes, sobre salários dos professores etc. É mais um *absurdo e uma irresponsabilidade* expressa em documento de tão grande repercussão na sociedade brasileira. Se examinarmos a tabela que segue podemos afirmar o que da relação PISA e recursos aplicados em educação?

Tabela – Valor Médio da prova do PISA de 2012 e valor aplicado por aluno			
País	Valor Médio da pontuação (Matemática, Leitura e Ciências)	Ensino Fundamental (anos finais) (US\$/PPP)	Ensino Médio (US\$/PPP)
Coréia do Sul	543	7.324	9.801
Japão	540	10.084	10.459
Finlândia	529	13.312	8.786
Estônia	526	7.009	6.417
Canadá	522	-	12.086
Polônia	521	6.900	6.505
Holanda	519	12.334	12.269
Suíça	518	19.698	18.994
Alemanha	515	9.967	13.093
Irlanda	515	10.773	10.804
Austrália	512	11.431	10.203
Bélgica	510	12.267	12.763
Nova Zelândia	509	9.191	10.198
Reino Unido	502	13.092	12.200
Áustria	501	14.831	15.024
Rep. Tcheca	500	8.061	7.861
França	500	9.947	13.643
Eslovênia	499	10.085	8.739
Dinamarca	498	11.906	10.933
Noruega	496	14.103	15.283
Letônia	494	6.016	6.010
Estados Unidos	492	11.947	12.740
Itália	490	8.797	9.023
Luxemburgo	490	20.076	19.762
Espanha	489	8.303	8.520
Portugal	488	9.667	10.074
Hungria	486	3.994	4.439
Islândia	485	11.276	9.041
Suécia	482	11.306	11.354
Rússia	481	-	5.100
Israel	474	-	5.831
Eslováquia	472	5.755	5.795
Grécia	466	-	-
Turquia	462	3.337	3.590
Chile	436	4.099	4.127
México	417	2.473	3.075
Brasil	402	3.826	3.822
Argentina	397	5.266	5.399
Colômbia	393	2.728	2.835
Indonésia	384	918	984

Fonte: PISA: www.inep.gov.br; Valor por aluno: *Education at a Glance* 2016

Podemos afirmar que existe uma relação quase que direta entre o volume de recursos financeiros aplicados e o resultado do PISA! Portanto, é preciso elevar os recursos aplicados na educação básica brasileira.

- 8) (página 125) Quanto à afirmação de que “O baixo desempenho do sistema educacional brasileiro reflete-se nas altas taxas de reprovação e evasão escolar,

apesar das **baixas e decrescentes razões aluno-professor** (grifos nosso)”, não é apresentada nenhuma justificativa consubstanciada em pesquisas de que o “baixo desempenho do sistema educacional brasileiro” – olhando somente o PISA, como faz o documento do Banco Mundial – é responsável pelas “altas taxas de reprovação e evasão escolar”. A conclusão é, mais uma vez apresentada sem que sejam analisadas questões fundamentais da complexa realidade brasileira: desigualdade social, entrada da criança e jovem no mercado de trabalho muito cedo para contribuir com a sobrevivência da família etc.

De onde se extraiu a informação de que “as razões aluno-professor” são baixas? A tabela D.2.1 do *Education at a Glance* de 2016, que segue, apresenta a relação aluno-professor para diversos países.

Tabela – Relação aluno-professor no Ensino Fundamental (anos iniciais) - Primary, no Ensino Fundamental (anos finais) – Lower Secondary e no Ensino Médio – Upper Secondary – 2013			
País	Relação aluno-professor Primary education	Relação aluno-professor Lower secondary education	Relação aluno-professor Upper secondary
Brazil	25	28	15
Australia	23	23	-
Austria	18	21	10
Belgium (Fr.)	-	-	10
Canada	-	-	14
Chile	29	30	24
Czech Republic	21	22	12
Denmark	-	-	13
Estonia	17	15	15
Finland	19	20	16
France	23	25	10
Germany	21	24	13
Greece	-	-	-
Hungary	21	21	12
Iceland	19	20	-
Ireland	25	-	14
Israel	28	29	11
Italy	20	21	12
Japan	27	32	12
Korea	24	32	15
Latvia	16	15	10
Luxembourg	15	19	9
Mexico	19	28	21
Netherlands	23	-	19
New Zealand	-	25	13
Norway	-	-	10
Poland	19	23	11
Portugal	21	23	9
Slovak Republic	18	19	14
Slovenia	19	20	14
Spain	21	25	11
Sweden	18	20	14
Switzerland	-	-	-
Turkey	23	28	15
United Kingdom	26	20	16
United States	22	28	15
China	37	49	17
Colombia	-	-	22
Indonesia	25	31	20
Lithuania	16	19	8
Russian Federation	21	19	-

Fonte: *Education at a Glance 2016*

Como inferior que 25 alunos por professor no Ensino Fundamental (anos iniciais), 28 alunos no Ensino Fundamental (anos finais) e 15 no Ensino Médio são relações aluno-professor pequenas? São maiores que a média dos países membros da OCDE!

Na página 129 o documento volta a esta questão emitindo conclusões ainda *mais graves* ao afirmar que “A ineficiência dos ensino fundamental e médio está

principalmente relacionada ao número excessivo de professores. (grifos nossos)” e segue, afirmando que “39% da ineficiência dos gastos brasileiros com educação estão associados às baixas razões aluno-professor (RAP)”. O que dizer dessas afirmações frente às informações da tabela anterior?

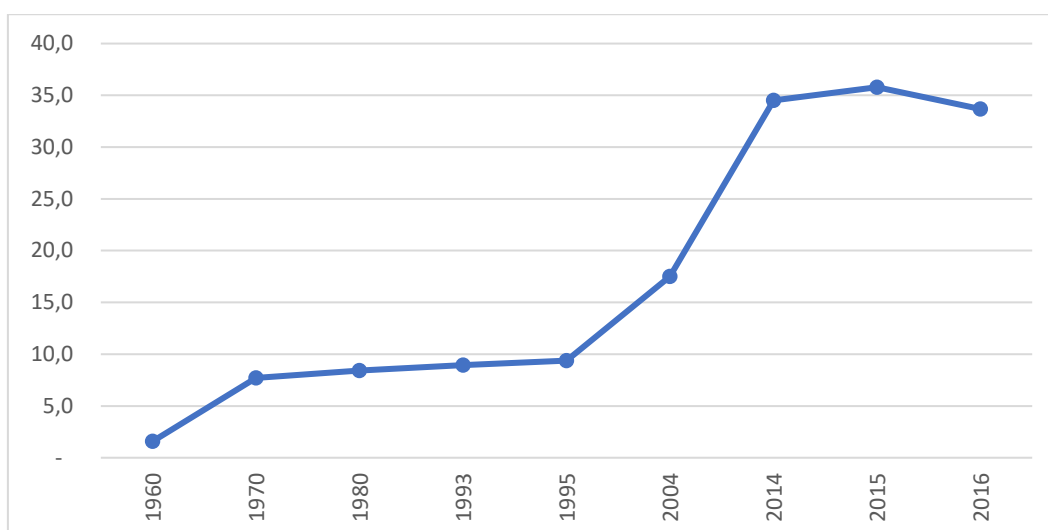
9) (página 125) Na mesma linha da questão anterior, é apresentada a afirmação de que “O baixo índice de conclusão do ensino médio é outro indicador do baixo desempenho do sistema educacional”. Novamente não há nenhuma análise mais bem elaborada para esta questão que considere aspectos sociais, econômicos, culturais, territoriais etc. A conclusão é imediatista e, novamente *absurda e se caracteriza uma irresponsabilidade* perante os jovens e famílias que estão matriculados no ensino médio brasileiros e que não conseguem concluir o ensino médio pela sobrevivência familiar.

10) (página 126) A afirmação de que “O Brasil possui uma taxa bruta de matrículas no ensino superior de 42%, muito acima da taxa líquida correspondente, que é de 16%. Isso indica que mais da metade dos estudantes brasileiros de ensino superior já deveriam ter concluído o curso (grifos nossos)” possui um *erro conceitual inadmissível*. Pela própria definição, a Taxa Bruta tem que ser maior que a Taxa Líquida.

A **Taxa Bruta** na educação superior de um país é obtida dividindo-se o número total de estudantes matriculados na educação superior, todas as idades, pelo número de jovens com idade de 18 a 24 anos na população do país e a **Taxa Líquida** é a divisão do número de estudantes com idade de 18 a 24 anos pelo número de jovens com idade de 18 a 24 anos na população. Por conta desse erro conceitual obtém-se uma *inferência absurda e que beira a irresponsabilidade* que “a metade dos estudantes brasileiros de ensino superior já deveria ter concluído o curso”.

O gráfico que segue mostra a evolução da Taxa Bruta na educação superior brasileira e, em nenhum momento ela atingiu 42% como afirmado no documento; foi 35,8% em 2015 e 33,7% e, 2016.

Gráfico – Evolução da Taxa Bruta na educação superior brasileira (1960-2016)



Fonte: Alunos matriculados: Censo da Educação Superior (www.inep.gov.br); Jovens com idade de 18 a 24 anos: PNAD e Censo Demográfico www.ibge.gov.br

- 11) (página 127) A afirmação de que “Os **salários iniciais** dos professores do ensino básico **encontram-se em linha com níveis internacionais** (como **percentual do PIB per capita**) (...) (grifos nossos) apresenta novamente o *erro conceitual* que mistura percentuais relativos ao PIB com valores a serem pagos aos professores, na afirmação de que “Os salários iniciais dos professores do ensino básico encontram-se em linha com níveis internacionais”.

A própria fonte apresentada pelo documento, o *Education at a Glance* 2016, da OCDE, apresenta a tabela completa que originou a Figura D.3.2 (p. 413 do *Education at a Glance*) e que está explicitada a seguir.

Tabela – Salários anuais dos professores da educação básica em três momentos: início de carreira, após 15 anos de experiência e final de carreira			
	Starting salary/minimum qualification (US\$/PPP)	Salary after 15 years of experience/typical qualifications (US\$/PPP)	Salary at top of scale/maximum qualifications (US\$/PPP)
Brazil	12.337	-	-
Luxembourg	79.048	112.760	137.404
Switzerland	60.231	-	92.258
Germany	57.131	69.431	75.422
Denmark	46.188	53.226	53.226
Spain	40.498	46.865	57.278
Australia	38.218	57.293	58.092
United States ¹	38.197	61.918	67.086
Netherlands	38.089	66.366	66.366
Canada	37.000	65.543	67.558
Norway	35.829	44.136	55.944
Finland	34.730	42.613	45.170
Belgium (Fl.)	34.459	48.757	59.715
Austria	34.345	46.852	78.604
Belgium (Fr.)	33.648	47.435	73.441
Sweden	32.698	38.054	43.487
Portugal	31.930	38.166	61.047
Ireland	30.813	58.190	66.976
France	30.532	36.814	66.311
Italy	29.445	35.951	44.093
New Zealand	28.496	44.424	45.631
Japan	28.101	49.378	61.922
Turkey	27.904	29.680	36.179
Scotland (UK)	27.055	43.163	52.914
Korea	26.815	47.257	75.202
Slovenia	24.917	37.751	46.241
Mexico	21.892	36.288	72.702
England (UK)	19.964	46.390	71.877
Israel	18.602	30.977	54.061
Greece	18.408	24.712	36.175
Chile	17.250	26.048	37.867
Czech Republic	16.873	18.324	24.667
Estonia	14.959	-	-
Colombia	13.885	31.871	49.628
Poland	13.386	24.828	25.882
Hungary	13.228	19.181	27.538
Slovak Republic	11.838	16.663	20.130

Fonte: *Education at a Glance 2016*

Uma rápida análise desta tabela não sustenta as afirmações apresentadas pelo documento: o salário inicial brasileiro é um dos mais baixos dentre os países apresentados e não há especificado que salários são esses após 15 anos de carreira e no topo da carreira. Cabe perguntar: qual a fonte da informação de que esses salários “superam rapidamente os níveis internacionais devido a promoções automáticas”? Como foi concluído que “Devido às promoções automáticas baseadas nos anos de serviço e da participação em programas de formação, em 15

anos de carreira os salários se tornam duas a três vezes superiores ao salário inicial, em termos reais. **Essa evolução supera significativamente a maioria dos países do mundo** (grifos nossos)”? (página 127).

12) (página 127) Na continuidade das discussões sobre os salários dos professores há a seguinte afirmação: “Os professores universitários ganham **muito acima dos padrões internacionais**” (grifos nossos).

Da mesma forma que a informação anterior, a tabela completa que originou a Figura D3.a (pág. 411 do *Education at a Glance 2016*) é a que segue.

Tabela – Salários anuais dos professores universitários		
Country	FTE faculty: All tertiary academic instructional faculty	Full-time faculty: Full professors (or country equivalent)
Brazil	41.277	75.837
Luxembourg	133.025	140.077
United States	80.203	112.697
Italy	80.043	117.718
Australia	74.990	
Chile	74.471	
Belgium (French)	62.500	
Norway	61.000	73.322
United Kingdom	60.555	95.463
France	55.283	
Sweden	55.009	81.039
Slovenia	51.337	
Finland	47.234	80.012
Poland	40.862	61.448
Iceland	40.643	53.610
Hungary	30.342	48.600
Czech Republic	27.693	56.961
Slovak Republic	26.726	39.116

Fonte: *Education at a Glance 2016*

Uma análise desta tabela também não sustenta a informação de que “Os professores universitários [brasileiros] ganham muito acima dos padrões internacionais”

13) (página 130) Ao afirmar que “A vinculação constitucional dos gastos em educação a 25 por cento das **receitas dos municípios** também contribui para a ineficiência dos gastos. (grifos nossos)” o documento comete novo *erro*

conceitual. Como já mostramos no item 1) não são esses os termos da vinculação constitucional contida no Art. 212 da Constituição Federal de 1988.

14) (página 131) O documento apresenta a seguinte afirmação: “A pequena **minoría** de estudantes que frequentam universidades públicas no Brasil **tende a ser de famílias mais ricas** que frequentaram escolas primárias e secundárias **privadas**.” (grifos nossos). Primeiramente há uma imprecisão desnecessária na linguagem ao afirmar que “tende a ser de famílias mais ricas” pois há farto material bibliográfico que consegue deixar esta informação precisa.

O perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das Universidades Federais foi analisado no estudo *IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultura dos estudantes das IFES (2014)* e encontrou o perfil da Renda Bruta Familiar dos seus estudantes. A tabela que segue mostra o perfil socioeconômico dos estudantes, segundo a renda bruta familiar em faixas salariais referenciadas ao salário mínimo (S.M.).

Tabela – Graduandos segundo a renda bruta familiar em faixas salariais, no ano de 2014	
Faixas Salariais em salários mínimos (S.M.)	Percentual
Não tem renda	1,06
Até 1/2 S.M.	1,56
Mais de 1/2 a 1 S.M.	10,58
Mais de 1 a 2 S.M.	23,44
Mais de 2 a 3 S.M.	14,78
Mais de 3 a 4 S.M.	9,32
Mais de 4 a 5 S.M.	8,85
Mais de 5 a 6 S.M.	6,55
Mais de 6 a 7 S.M.	4,60
Mais de 7 a 8 S.M.	2,86
Mais de 8 a 9 S.M.	2,84
Mais de 9 a 10 S.M.	2,96
Mais de 10 S.M.	10,60
TOTAL	100,00

Fonte: IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES, 2014. (www.andifes.org.br)

Pertencem aos estratos mais baixos de renda, considerando até 3 salário mínimos, 51,42% dos estudantes e, acima dessa faixa salarial, 48,58% dos estudantes. Pode-se afirmar, portanto, que **“os estudantes das Universidades Federais não pertencem aos estratos de renda mais elevados da Sociedade”**.

Como consequência desse perfil socioeconômico dos estudantes, pode-se examinar a origem educacional deles, distribuída entre terem cursado o Ensino Médio integralmente ou a maior parte em escolas públicas ou escolas privadas. A tabela que

segue mostra esse resultado, registrado na *IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultura dos estudantes das IFES (2014)*.

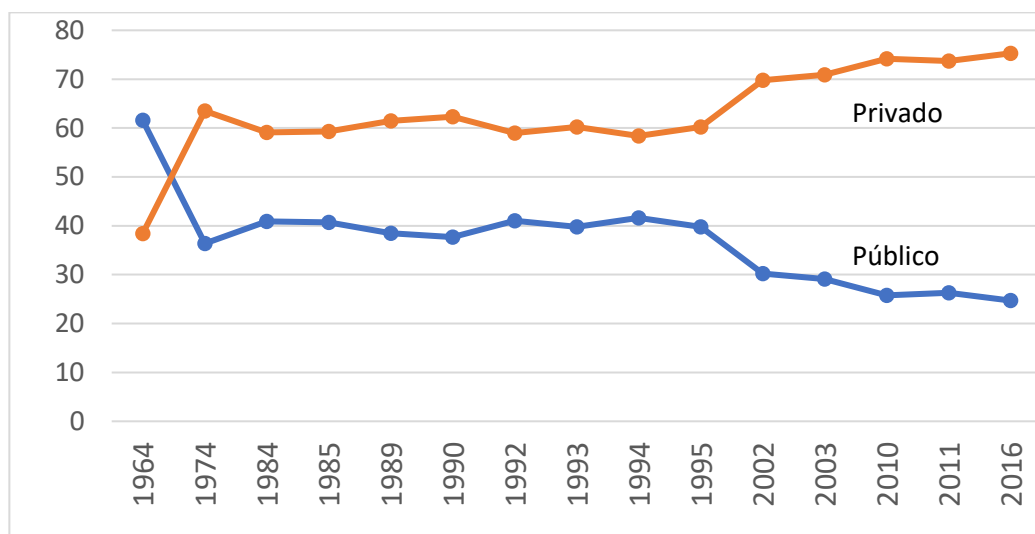
Tabela – Percentual de estudantes das Universidades Federais que cursaram o Ensino Médio integralmente ou a maior parte no setor público ou no setor privado	
Escola	2014
Pública	64,0%
Privada	36,0%

Fonte: IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES, 2014. (www.andifes.org.br)

Portanto, em 2014, um total de 64,0% dos estudantes matriculados nas Universidades Federais tinha realizado seus estudos do Ensino Médio, integralmente, ou a maior parte, em escolas públicas.

Apesar de ser pequena não procede a afirmação de que a “pequena minoria de estudantes” frequenta a universidade pública no Brasil – são em torno de 25% e isto é o resultado de uma política privatizante que teve importante ação inicial no período da ditadura militar. O gráfico que segue mostra essas informações.

Gráfico – Evolução percentual do público e do privado no Brasil (1964-2016)



Fonte: (BARROS, 2007, p.13) e Censo da Educação Superior (www.inep.gov.br)

Nota-se que de 1964 para 1974, durante a Ditadura Militar que foi dada a tendência do perfil público e privado na educação superior brasileira, com uma grande expansão, tanto no público quanto no privado, muito maior no privado. Após a ditadura militar, de 1985 a 1995 houve praticamente uma estagnação entre as matrículas nesses dois setores e um novo degrau de privatização ocorreu de 1995 a 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso, atingindo quase o patamar de 70% de matrículas privadas.

Com outras elevações nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o setor privado chegou no ano de 2016 no seu maior percentual histórico, 75,3%.

- 15) (página 131) Nesta página o documento volta a afirmar que “Em média, um estudante em universidades públicas no Brasil custa de duas a três vezes mais que estudantes em universidades privadas”. Veja o item 5.
- 16) (página 133) Há a afirmação de que “O **alto custo por estudante** das universidades públicas federais não se reflete em um **maior valor agregado** para os graduados em comparação com os graduados de **outras universidades**. (grifos nossos). Sobre esta afirmação podemos questionar:
- sobre o alto custo por estudante das universidades públicas como mostramos anteriormente no item 5), não é verdadeiro;
 - o próprio documento já apresenta o argumento que justifica a análise de sobre o valor agregado: “No entanto, estudantes que entram nas universidades públicas tendem a já terem atingido um maior nível de aprendizado antes mesmo de iniciar os estudos” (página 132). Portanto, os estudantes das Universidades Federais pela grande demanda por suas vagas, fruto da credibilidade dessas instituições e o alto nível do ensino, da pesquisa e da extensão que ali são desenvolvidas, já possuem um elevado aprendizado inicial, sobre o qual há um limite a ser atingido pelos estudantes, enquanto nas outras instituições há no início um baixo valor agregado e, por isso mesmo, é possível, rapidamente agregar conhecimento ao já existente;
 - a imensa maioria das instituições privadas não são universidades e o enunciado da questão as tratam como se assim o fossem. Um novo *erro conceitual* inadmissível num documento com as características deste.
- 17) (página 133) “A análise de eficiência realizada por meio da metodologia DEA confirma a existência de um alto nível de ineficiência, de tal forma que os mesmos resultados poderiam ser atingidos com cerca de **17% menos de recursos; a ineficiência é maior em universidades federais**: o valor adicionado é baixo em comparação com os seus custos”. (grifos nossos). Realizar uma análise de eficiência de instituições tão complexas como as universidades federais brasileiras utilizando somente os resultados do ENADE e inferir que elas poderiam receber

“17% menos recursos” é, por si só, *um absurdo e uma completa irresponsabilidade*. Só para lembrar as múltiplas facetas e vertentes das universidades federais brasileiras é só examinar a tabela seguinte, que mostra o quantitativo de programas de pós-graduação *stricto sensu* em todo o território brasileiro.

Tabela – Quantitativo de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (MS ou DR) em cada um dos estados e no DF, nos âmbitos federal, estadual, municipal e privado							
Estado	Univ. Federais (a)	Outras IES Federais	Estaduais	Municipais	Privadas	Total (b)	% (a/b)
Rondônia	12	-	-	-	-	12	100
Acre	10	-	-	-	-	10	100
Amazonas	36	11	9	-	2	58	62
Roraima	10	-	4	-	-	14	71
Pará	85	5	9	-	8	107	79
Amapá	4	-	-	-	-	4	100
Tocantins	22	-	-	-	-	22	100
Maranhão	29	2	11	-	4	46	63
Piauí	36	1	2	-	1	40	90
Ceará	69	6	32	-	15	122	57
Rio Gr. do Norte	81	2	14	-	7	104	78
Paraíba	87	1	16	-	2	106	82
Pernambuco	123	4	15	-	19	161	76
Alagoas	35	-	1	-	3	39	90
Sergipe	44	1	-	-	5	50	88
Bahia	91	4	66	-	17	178	51
Minas Gerais	320	27	16	-	60	423	76
Espírito Santo	55	6	-	-	13	74	74
Rio de Janeiro	242	79	73	-	85	479	51
São Paulo	131	17	492	16	243	899	15
Paraná	124	1	149	-	52	326	38
Santa Catarina	79	2	30	15	41	167	47
Rio Gr. do Sul	207	32	-	-	155	394	53
Mato G. do Sul	51	-	10	-	7	68	75
Mato Grosso	38	1	11	-	7	57	67
Goiás	66	11	10	1	14	102	65
Distrito	93	4	1	-	15	113	82
Total Geral	2.180	217	971	32	775	4.175	52

Fonte: GEOCAPES – 2016 (www.capes.gov.br)

Verifica-se, portanto, que é o conjunto de Universidades Federais, instaladas em todos os estados brasileiros e DF que promove em seus 2.180 programas de pós-graduação *stricto sensu* pesquisa e extensão que procuram

diminuir as assimetrias regionais e a desigualdade brasileira. Na Região Norte as Universidades Federais são responsáveis por 88% dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, na Região Nordeste, 75%, na Região Centro-Oeste, 72%, na Região Sudeste, 54%, e na Região Sul, 46%. Ressalte-se que a única Região em que as Universidades Federais não ultrapassam os 50% é a Sul.

- 18) (diversas páginas) “Isso indica a necessidade de introduzir o pagamento de mensalidades em universidades públicas para as famílias mais ricas (...)” (página 121).

Sobre a cobrança de mensalidades nas Universidades Federais (dez argumentos a favor da gratuidade)

A IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultura dos estudantes das IFES (2014) que inclui as Universidades Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, encontrou o perfil da Renda Bruta Familiar dos seus estudantes. A tabela que segue mostra o resultado dessa pesquisa.

Tabela - IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação nas IFES (2014)	
Graduandos segundo Renda Bruta Familiar em faixas salariais em 2014	
Faixas Salariais	Percentual
Não tem renda	1,06
Até 1/2 S.M.	1,56
Mais de 1/2 a 1 S.M.	10,58
Mais de 1 a 2 S.M.	23,44
Mais de 2 a 3 S.M.	14,78
Mais de 3 a 4 S.M.	9,32
Mais de 4 a 5 S.M.	8,85
Mais de 5 a 6 S.M.	6,55
Mais de 6 a 7 S.M.	4,60
Mais de 7 a 8 S.M.	2,86
Mais de 8 a 9 S.M.	2,84
Mais de 9 a 10 S.M.	2,96
Mais de 10 S.M.	10,60
TOTAL	100,00
Fonte: IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES, 2014. (www.andifes.org.br)	

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 apresenta um perfil de renda para a população brasileira que pode ser observada na tabela que segue:

Tabela - Valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares (R\$) e Número de pessoas			
Classes de rendimento mensal familiar	Rendimento Médio (R\$)	Número de pessoas	Percentual
Sem rendimento	-	882.000	0,43
Até 1 S.M.	581,00	23.260.000	11,40
Mais de 1 a 2 S.M.	1.222,00	45.196.000	22,15
Mais de 2 a 3 S.M.	1.957,00	37.087.000	18,18
Mais de 3 a 5 S.M.	3.026,00	44.743.000	21,93
Mais de 5 a 10 S.M.	5.325,00	33.245.000	16,29
Mais de 10 a 20 S.M.	10.544,00	10.784.000	5,28
Mais de 20 S.M.	25.202,00	3.924.000	1,92
Sem declaração	-	4.932.000	2,42
TOTAL		204.053.000	100,00

Fonte: PNAD 2015: Tabelas 6.1 e 7.3 (www.ibge.com.br)

Podemos relacionar as tabelas anteriores de rendimentos (IFES e PNAD), distribuindo proporcionalmente o percentual de 10,6% dos estudantes das IFES com renda maior do que 10 S.M. aos percentuais de renda de 10 a 20 S.M. e mais de 20 S.M. na população brasileira, supondo que essas faixas de renda nas famílias dos estudantes da IFES teria a mesma proporção de população.

Dessa forma, podemos obter os rendimentos médios de cada faixa salarial nas IFES e o número de estudantes em cada uma delas, considerando que Censo da Educação Superior de 2015 apresentou um total de 1.068.101 estudantes matriculados nas Universidades Federais. A tabela que segue mostra essas informações.

Tabela - Número de graduandos e renda bruta familiar média em faixas salariais e rendimento médio em R\$ nas Universidades Federais		
Faixas Salariais	Número de Estudantes	Rendimento Médio (R\$)
Sem rendimento	11.322	-
Até 1 S.M.	129.667	581,00
Mais de 1 a 2 S.M.	250.363	1.222,00
Mais de 2 a 3 S.M.	157.865	1.957,00
Mais de 3 a 5 S.M.	194.074	3.026,00
Mais de 5 a 10 S.M.	211.591	5.325,00
Mais de 10 a 20 S.M.	72.631	10.544,00
Mais de 20 S.M.	40.588	25.202,00
TOTAL EM 2015	1.068.101	

Fonte: Cálculo deste estudo

O Banco Mundial indica no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, divulgado em 1995, que em torno de 30% dos recursos das instituições públicas de educação superior poderiam ser obtidos com recursos não

oriundos do tesouro nacional e, neste estudo, suporemos que este seria o percentual a ser obtido com cobrança de mensalidades nas UFs.

Assim, dos R\$ 36,8 bilhões aplicados nas UFs em 2015, valores correntes, liquidados, um total em torno de R\$ 11,0 bilhões anuais deveriam ser obtidos por meio das mensalidades. O Banco Mundial estabelece ainda que os estudantes de baixa renda não pagariam mensalidades. Consideraremos aqui que para aquelas famílias com renda bruta de até 2 S.M. estariam nesta classificação e, portanto, para elas haveria a gratuidade.

Dessa forma, as três tabelas que seguem mostram o número de estudantes, e o rendimento médio das famílias (a primeira tabela), os valores a serem arrecadados das famílias em cada uma das faixas salariais, considerando um percentual de 24,2% dessa renda para uma pessoa da família (a segunda tabela) e o valor total arrecadado (a terceira tabela).

Tabela - Número de graduandos e renda bruta familiar média em faixas salariais e rendimento médio em R\$		
Faixas Salariais	Número de Estudantes	Rendimento Médio (R\$)
Sem rendimento	11.322	-
Até 1 S.M.	129.667	581,00
Mais de 1 a 2 S.M.	250.363	1.222,00
Mais de 2 a 3 S.M.	157.865	1.957,00
Mais de 3 a 5 S.M.	194.074	3.026,00
Mais de 5 a 10 S.M.	211.591	5.325,00
Mais de 10 a 20 S.M.	72.631	10.544,00
Mais de 20 S.M.	40.588	25.202,00
	1.068.101	
Fonte: Cálculos deste estudo		

Tabela - Mensalidade a ser paga como percentual da Renda Média Familiar		
Faixas Salariais		24,2% do Rendimento Médio
Sem rendimento		Gratuidade
Até 1 S.M.		Gratuidade
Mais de 1 a 2 S.M.		Gratuidade
Mais de 2 a 3 S.M.		473,59
Mais de 3 a 5 S.M.		732,29
Mais de 5 a 10 S.M.		1.288,65
Mais de 10 a 20 S.M.		2.551,65
Mais de 20 S.M.		6.098,88
Fonte: Cálculos deste estudo		

Tabela - Valor total arrecadado das pessoas matriculadas nas UFs, em cada uma das faixas salariais		
Faixas Salariais		Valor Arrecadados com os 24,2% do Rendimento Médio
Sem rendimento		Gratuidade
Até 1 S.M.		Gratuidade
Mais de 1 a 2 S.M.		Gratuidade
Mais de 2 a 3 S.M.		897.168.864,65
Mais de 3 a 5 S.M.		1.705.425.626,86
Mais de 5 a 10 S.M.		3.271.997.938,30
Mais de 10 a 20 S.M.		2.223.940.908,85
Mais de 20 S.M.		2.970.486.189,27
TOTAL ANUAL ARRECADADO COM MENSALIDADES		11.069.019.527,92
Fonte: Cálculos deste estudo		

Somente dessa forma seria possível arrecadar o equivalente a 30% dos recursos aplicados nas UFs, ou seja, em torno de R\$ 11,0 bilhões.

Portanto, para ter **uma pessoa da família estudando** numa Universidade Federal, a mensalidade a ser paga deveria ser equivalente a **24,2% da renda bruta familiar**. Este é um percentual absolutamente absurdo e não há dúvidas da impossibilidade de se atingir esta meta num País em que a concentração de renda é tão elevada.

Diversas personalidades políticas e acadêmicas já expressaram, ao longo do tempo, suas análises sobre esta questão. Examinando essas análises, podemos apresentar pelo menos dez sólidos argumentos que justificam o princípio da gratuidade que consta do artigo 206 da Constituição Federal de 1988:

1. “as razões básicas para este princípio têm a ver com a própria questão da cidadania e da democracia” (Fernando Henrique Cardoso, Senador pelo PSDB e ex-Presidente da República);
2. “se as universidades públicas são frequentadas hoje pelos filhos dos ricos que tiveram acesso à escola fundamental e à secundária organizadas pelo setor privado, a solução para isso é melhorar o ensino público em todos os níveis” (Fernando Henrique Cardoso, Senador pelo PSDB e ex-Presidente da República);
3. “os estudantes das instituições públicas são, na sua maioria estudantes da nossa sofrida classe média, cujos pais definitivamente não terão recursos para manter os filhos em escolas superiores pagas (Álvaro Valle, Deputado Federal pelo PL);
4. “é legítima a defesa do ensino superior público e gratuito no Brasil, pela garantia democrática que oferece à expansão do saber, em uma sociedade tão desigual, injusta e ainda e apesar, pródiga em criatividade e resistência à espoliação” (Nelson Maculan Filho, ex-Reitor da UFRJ, ex-Presidente da Andifes e ex-Secretário da Sesu/MEC);

5. “a suposição de que o investimento em educação não visa a objetivos coletivos e sociais, mas individuais, é um erro cometido por aqueles que defendem a cobrança de mensalidades” (Tomaz Aroldo da Mota Santos e Jacyntho José Lins Brandão, ex-Reitor, ex-Presidente da Andifes e ex-Vice-Reitor da UFMG, respectivamente);
6. “o ensino superior é um grau de ensino que desempenha um papel estratégico para o futuro do País” (Newton Lima Neto, ex-Reitor da UFSCAR, ex-Presidente do Andes, ex-Presidente da Andifes e ex-Deputado Federal pelo PT);
7. “o valor total arrecadado com mensalidades, mesmo nos países desenvolvidos, representa apenas uma parcela pequena do orçamento das melhores universidades” (Roberto Leal Lobo e Silva Filho, ex-Reitor da USP);
8. “a implantação de um sistema tributário mais racional e eficiente, com menos subsídios e menos sonegação, diminuiria a carga relativa do ensino público nos gastos do país” (Flávio Fava de Moraes, ex-Reitor da USP);
9. “em função da política privatista dos últimos 30 anos, quem consegue passar pelo funil e consegue acesso ao ensino superior brasileiro só encontra 25% de vagas públicas” (Sebastião Elias Kuri e Newton Lima Neto, ex-Reitor e ex-Vice-Reitor da UFSCAR, respectivamente);
10. “além de serem instituições de ensino, as universidades brasileiras são centros geradores de conhecimento novo, de realização de pesquisas, de formação de quadros especializados, além de ser responsável por enorme produção cultural e que, na maioria dos casos, constituem hoje a última rede de segurança da dilacerada saúde pública, com suas unidades hospitalares” (José Martins Filho, ex-Reitor da Unicamp).

Conclusões

Por fim, cabe indagar, como é possível que um organismo internacional como o Banco Mundial publicar um documento que se propõe a analisar políticas públicas de um país cometer equívocos conceituais tão flagrantes?

Como conferir credibilidade a um documento que faz inferências, afirmações e apresenta uma realidade educacional tão distorcida, que não considera a história, realidade social, econômica, cultural e territorial do país em análise?

O que se espera de uma publicação com esta responsabilidade é um maior rigor quanto à metodologia utilizada nos estudos e dos dados apresentados pelo documento, bem como a explicitação das fontes das informações utilizadas. Este é um dos requisitos fundamentais na análise de qualquer publicação comprometida com o conteúdo que veicula.

Referências

AMARAL, N. C. e PINTO, J. M. de R. O financiamento das IES brasileiras em 2005: recursos públicos, privados e custo dos alunos. *Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Dossiê: Política de Educação Superior no Brasil Pós-LDB/1996, Campo Grande-MS, n. 30, p. 51-70, jul./dez. 2010.

BARROS, C.M. Ensino Superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (décadas de 1960/70). Dissertação de mestrado. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo-SP, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. Ensino público pago? Folha de S.Paulo, São Paulo, 21 março de 1991.

FILHO, José Martins. Estranho e sinistro conluio. Folha de S.Paulo, São Paulo, 10 junho 1996.

FILHO, Nelson Maculan. Em defesa do ensino gratuito. O Globo, Rio de Janeiro, 09 março de 1991.

FILHO, Roberto Leal Lobo e Silva. Ensino pago. Folha de S.Paulo, São Paulo, 03 abril 1991.

KURI, Sebastião Elias e NETO, Newton Lima. Ensino pago □ na contramão da história. Folha de S.Paulo, São Paulo, 11 abril 1991.

MORAES, Flávio Fava. Ensino pago não compensa. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 21 janeiro 1994.

NETO, Newton Lima. A indefensável bitributação para a escola pública. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 janeiro 1994.

SANTOS, Tomaz Aroldo da Mota e BRANDÃO, Jacyntho José Lins. Universidades Gratuitas. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 julho de 1997.

VALLE, Álvaro. Escola pública paga?, Correio Brasiliense. Brasília, 18 março de 1991.